

# CadernosFGVDIREITORIO

## SérieClínicas

Educação e Direito - Volume 12 - 2021

Tema: O que Fazer em Casos de Violência  
Doméstica em Tempos de Covid-19?

Comissão de Direitos Humanos  
e Assistência Judiciária

**OABRJ**



**FGV DIREITO RIO**

# **Cadernos FGV DIREITORIO**

## **Série Clínicas**

Educação e Direito — V. 12 — Rio de Janeiro — 2021

**INTRODUÇÃO — CLÍNICA LADIF E O ENFRENTAMENTO  
DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: RESPONSABILIDADE SOCIAL  
NA PANDEMIA DE COVID-19**

**André Mendes**

**VISÃO DA CDHAJ — OAB/RJ — AS VOZES SILENCIADAS  
DAS MULHERES NA PANDEMIA**

**Nadine Borges**

**VISÃO DO CFEMEA — VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES  
EM MEIO À PANDEMIA DE COVID-19: AS PROPOSTAS  
DE MUDANÇAS DO LEGISLATIVO NÃO SUPREM  
A AUSÊNCIA DA POLÍTICA PÚBLICA**

**Priscilla Brito**

**VISÃO DA CLÍNICA LADIF — NOTÍCIAS DE UMA EPIDEMIA**

**Juliana Lívia Antunes da Rocha**

**O QUE FAZER EM CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA  
EM TEMPOS DE COVID-19?**

**Juliana Lívia Antunes da Rocha,  
Nadine Borges e Priscilla Brito**

Edição produzida pela FGV Direito Rio

Praia de Botafogo, 190 | 13º andar  
Rio de Janeiro | RJ | Brasil | CEP: 22.250-900  
55 (21) 3799-5445  
[www.fgv.br/direitorio](http://www.fgv.br/direitorio)

**CADERNOS FGV DIREITO RIO — SÉRIE CLÍNICAS**

**O QUE FAZER EM CASOS DE VIOLÊNCIA  
DOMÉSTICA EM TEMPOS DE COVID-19?**

EDIÇÃO FGV DIREITO RIO

Obra Licenciada em Creative Commons

Atribuição — Uso Não Comercial — Compartilhamento pela mesma Licença



Impresso no Brasil

Fechamento da 1ª edição em junho de 2021

Este livro consta na Divisão de Depósito Legal da Biblioteca Nacional.

*Este material, seus resultados e conclusões são de responsabilidade dos autores e não representam, de qualquer maneira, a posição institucional da Fundação Getúlio Vargas / FGV Direito Rio.*

Organização: André Pacheco Teixeira Mendes

Produção executiva: Rodrigo Vianna, Sérgio França e Nathasha Chrysthie Martins

Capa: FGV Direito Rio

Diagramação: Leandro Collares — Selênia Serviços

1ª revisão: Márcia Glenadel

2ª revisão:

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Ficha catalográfica elaborada pela

Biblioteca Mario Henrique Simonsen / FGV

O que fazer em casos de violência doméstica em tempos de Covid-19? / Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas. — Rio de Janeiro : FGV Direito Rio, 2021.

1 recurso online (32 p.) — (Cadernos FGV Direito Rio. Clínicas. Educação e direito; 12)

Dados eletrônicos.

Conteúdo: Borges, Nadine — Visão da CDHAJ — OAB/RJ — As vozes silenciadas das mulheres na pandemia — Brito, Priscilla — Visão do CFEMEA — Violência contra as mulheres em meio à pandemia de covid-19: as propostas de mudanças do legislativo não suprem a ausência da política pública — Rocha, Juliana Lívia Antunes da — Visão da clínica LADIF — Notícias de uma epidemia — Rocha, Juliana Lívia Antunes da, Borges, Nadine e Brito, Priscilla — O que fazer em casos de violência doméstica em tempos de covid-19?.

ISBN: 978-65-86060-19-5

1. Violência contra a mulher. 2. Violência conjugal. 3. Direitos humanos. 4. COVID-19 (Doença). 5. Calamidades públicas. 6. Responsabilidade social. I. Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas. II. Série.

CDD — 341.556

Elaborada por Rafaela Ramos de Moraes — CRB-7/6625

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO — CLÍNICA LADIF E O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: RESPONSABILIDADE SOCIAL NA PANDEMIA DE COVID-19</b>	<b>7</b>
ANDRÉ T. MENDES	
<b>VISÃO DA CDHAJ — OAB/RJ — AS VOZES SILENCIADAS DAS MULHERES NA PANDEMIA</b>	<b>11</b>
NADINE BORGES	
<b>VISÃO DO CFEMEA — VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES EM MEIO À PANDEMIA DE COVID-19: AS PROPOSTAS DE MUDANÇAS DO LEGISLATIVO NÃO SUPREM A AUSÊNCIA DA POLÍTICA PÚBLICA</b>	<b>15</b>
PRISCILLA BRITO	
<b>VISÃO DA CLÍNICA LADIF — NOTÍCIAS DE UMA EPIDEMIA</b>	<b>17</b>
JULIANA LÍVIA ANTUNES DA ROCHA	
<b>O QUE FAZER EM CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM TEMPOS DE COVID-19?</b>	<b>19</b>
JULIANA LÍVIA ANTUNES DA ROCHA, NADINE BORGES E PRISCILLA BRITO	



## CLÍNICA LADIF E O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: RESPONSABILIDADE SOCIAL NA PANDEMIA DE COVID-19

A Clínica *Laboratório de Assessoria Jurídica em Direitos Fundamentais* (LADIF), do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) da FGV Direito Rio, atende a demandas relativas à proteção e à garantia dos direitos fundamentais, com foco na tutela coletiva dos direitos humanos. Elabora pareceres jurídicos e cartilhas que geram publicações, impactam o debate público e contribuem para a sociedade e instituições.<sup>1</sup> A Clínica LADIF também representa o espaço de produção de memoriais de *amici curiae*, os quais são posteriormente protocolados no Supremo Tribunal Federal (STF).<sup>2</sup>

No contexto da atuação clínica com foco em direitos fundamentais, o tema dos conflitos relativos à violência doméstica tem especial relevo. Além disso, uma gama de conflitos foi exacerbada com a chegada da pandemia global do coronavírus (Sars-CoV-2), assim declarada em 11 de março de 2020.<sup>3</sup> Por motivos sanitários, foi exigido o isolamento social, com a consequente redução da mobilidade e restrição de atividades presenciais.

Particularmente, a violência contra a mulher aumentou durante a pandemia de covid-19 em todo mundo.<sup>4</sup> Já em 24 de abril de 2020, no segundo mês da pandemia, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) editava a Portaria

---

1 Cf. “Cartilha de orientação para vítimas de discurso de ódio” (2020), disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/29490>; “População em situação de rua: direitos humanos, políticas públicas e programas de *housing first*” (2017), disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/19931>; “Sistema prisional e direitos humanos” (2015), disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/15008>.

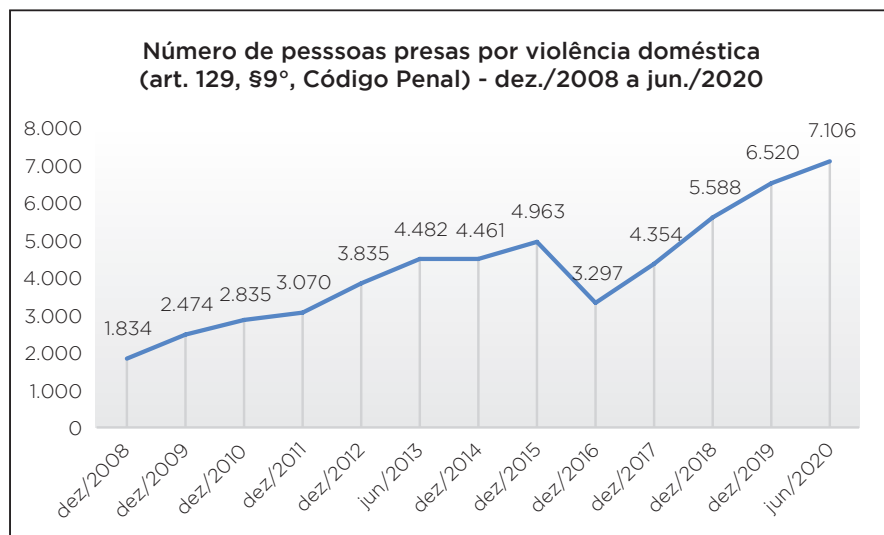
2 Cf. “FGV Direito Rio — *Amicus Curiae* — Núcleo de Prática Jurídica”, disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/18452>.

3 Cf. <https://www.who.int/director-general/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-covid-19---11-march-2020>. Acesso em: 29 abr. 2021.

4 Cf. “Violência contra a mulher aumenta durante a pandemia de covid-19: Dados mostram que mulheres e meninas deslocadas em todo o mundo estão enfrentando aumento da violência de gênero durante a pandemia de covid-19”. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2020/11/25/violencia-contra-a-mulher-aumenta-durante-a-pandemia-de-covid-19/>. Acesso em: 29 abr. 2021.

70/2020<sup>5</sup> e criava um “grupo de trabalho para elaborar sugestões de medidas emergenciais para prevenir ou frear a violência em situação doméstica.”<sup>6</sup>

A edição da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006)<sup>7</sup> foi um marco substancial em direção à redução da violência doméstica contra a mulher. Conforme o gráfico a seguir demonstra, o número de pessoas presas pelo crime de violência doméstica<sup>8</sup> vem crescendo ano a ano desde 2008.<sup>9</sup>



- 5 Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/04/Portaria702020-D-JE111-24042020.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2020.
- 6 Cf. “Violência doméstica: CNJ cria grupo para frear aumento dos casos na quarentena”. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/violencia-domestica-cnj-cria-grupo-para-frear-aumento-dos-casos-na-quarentena/>. Acesso em: 16 nov. 2020.
- 7 Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm).
- 8 Registre-se que o crime do art. 129, §9º, do Código Penal não se restringe à mulher vítima de violência doméstica: “Se a lesão for praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade: Pena - detenção, de 3 (três) meses a 3 (três) anos.” Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm). Acesso em: 29 abr. 2021.
- 9 Cf. dados obtidos nos Relatórios Analíticos do SISDEPEN, a plataforma de estatísticas do sistema penitenciário brasileiro que sintetiza as informações sobre os estabelecimentos penais e a população carcerária: BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. Sistema Integrado de Informações Penitenciárias — InfoPen. Relatório Analítico — Dezembro de 2008/2009/2010/2011/2012/2014/2015/2016/2017/2018/2019; Junho de 2013/2020. Todos os relatórios estão disponíveis em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/sisdepen/mais-informacoes/relatorios-infopen/brasil>. Acesso em: 16 nov. 2020.

Entretanto, esses esforços não têm sido suficientes, pois os casos aumentaram com a pandemia e os desafios permanecem.

Nesse cenário, imbuído de seu compromisso com a responsabilidade social, o NPJ da FGV Direito Rio realizou o webinar “O que fazer em casos de violência doméstica em tempos de covid-19?” em 7 de maio de 2020,<sup>10</sup> e, agora, compartilha com a sociedade o presente material. O livreto que ora se apresenta reflete o tema debatido na ocasião da realização do webinar, privilegiando, no texto, o caráter da oralidade. Dessa forma, traz indagações, informações e orientações como:

- 1) O isolamento social pode contribuir para o aumento da violência doméstica?
- 2) Quais os sinais que podem ajudar a vítima a prevenir abuso/violência? Quais os sinais que podem ajudar pessoas e familiares a ficarem atentos para evitar abuso/violência?
- 3) Quais são os tipos de violência doméstica que podem ocorrer? Quais são as formas de violência que a mulher pode sofrer?
- 4) É possível denunciar mesmo sem ter presenciado o evento; só ouvindo uma briga violenta ou algo do tipo?
- 5) Como funciona o ciclo da violência contra a mulher?
- 6) É possível denunciar sem ser a vítima, mas convivendo no ambiente?
- 7) Nos casos de violência doméstica, quem eu procuro? Quem eu posso buscar? O que pode ser feito? Quem pode me acolher nessa situação?
- 8) O que eu posso fazer se eu perceber que estou em um relacionamento abusivo, que eu estou na iminência de sofrer algum tipo de violência? Qual a providência que eu posso tomar?
- 9) Quais são as medidas disponíveis para a mulher que é vítima de violência e que consegue denunciar essa violência? Quais são as medidas que podem ser tomadas para ajudá-la em relação ao agressor?
- 10) Existem projetos de lei para tentar melhorar o acolhimento à mulher vítima de violência doméstica? O que esses projetos propõem?

Esperamos que a publicação contribua para boas práticas no enfrentamento da violência doméstica e gere impacto positivo para a prevenção e a proteção de vítimas dessa particular forma de violência contra as mulheres. No ensejo, saúdo as participações, na oportunidade do webinar, da advogada **Juliana Antunes**, supervisora da Clínica LADIF; da advogada **Nadine Bor-**

---

10 Cf. vídeo do evento disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SmpUvCGIJLE>. Acesso em: 29 abr. 2021.

**ges**, vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos e Assistência Judiciária (CDHAJ) da OAB/RJ; e da assessora parlamentar do Centro Feminista de Estudos e Assessoria no Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), **Priscilla Brito**. A presente publicação é resultado de suas substanciais contribuições, as quais agregam ao debate público e bem informam a coletividade em favor da proteção dos direitos fundamentais. Boa leitura!

Professor André T. Mendes  
Coordenador do Núcleo de Prática Jurídica  
Abril de 2021

## AS VOZES SILENCIADAS DAS MULHERES NA PANDEMIA

A Comissão de Direitos Humanos e Assistência Judiciária (CDHAJ), da OAB-RJ, é mais uma entre tantas portas que podem ser abertas em busca de justiça para o enfrentamento da violência de gênero. Na atual gestão da OAB-RJ, foi, inclusive, criada uma Diretoria de Mulheres; algo impensável há alguns anos na entidade que representa todas e todos os advogados do país. Além da diretoria, há outras comissões que recebem denúncias de violência contra a mulher, por exemplo, a Comissão de Direitos Humanos, pois as violências não podem ser apartadas em um sistema opressor sobre os corpos de todas as mulheres, até mesmo das advogadas.

Recentemente, a OAB-RJ lidou com denúncias e casos que remontam à Idade Média. Vejamos a situação absurda de uma Comarca no interior do Rio de Janeiro, em que uma juíza (juíza!) resolveu medir o comprimento das saias das advogadas para autorizar ou não a entrada no fórum local, chegando a ponto de suspensão dos processos das advogadas que se insurgiram contra tal aberração.<sup>1</sup> Trazemos esse exemplo à tona para mostrar como a violência de gênero é estrutural e, no ambiente jurídico, o assédio moral e, muitas vezes, sexual parece ser uma normativa procedimental do comportamento de alguns operadores jurídicos.

Além disso, já tivemos de lidar com a proibição de ingresso em fórum quando as mulheres estão com turbantes e acessórios de matriz africana. Para além da violência de gênero, há uma sobreposição de opressões intermináveis sobre os corpos das mulheres, por serem negras, por serem trans ou por serem advogadas de pequenas bancas de advocacia. Ou seja, lidar com a violência de gênero implica enfrentar, também, essas outras formas de opressão.

Esse tem sido o papel da Comissão de Direitos Humanos e Assistência Judiciária desde o início da atual gestão da OAB-RJ. Nosso compromisso é

---

<sup>1</sup> Cf. <https://www.oabRJ.org.br/noticias/painel-aborda-violacao-aos-direitos-das-mulheres>.

pautado pela defesa de todos os direitos humanos e do Estado Democrático de Direito, tendo como eixo norteador de nossa atuação a defesa da Constituição Federal de 1988, os pactos e os tratados internacionais de Direitos Humanos, incluindo a Convenção de Belém do Pará e a Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher da Organização das Nações Unidas (ONU).

No caso das mulheres advogadas, além das situações relatadas anteriormente, há casos que extrapolam as violações das prerrogativas nos ambientes hostis a essas mulheres em todo o sistema de Justiça, composto predominantemente por homens. Embora tenhamos, praticamente, o mesmo número de advogadas e de advogados, são os homens que ocupam os espaços de poder no sistema de Justiça. Temos erguido, incessantemente, a bandeira de cotas de 50% para as mulheres na OAB-RJ. Ao lado da Diretoria de Mulheres e de outras comissões, como a CDHAJ, essa tem sido mais uma de nossas frentes. Não temos dúvida de que, quanto maior o espaço ocupado por mulheres em funções de poder, menor será o índice de violência de gênero nesses espaços.

Para além das advogadas que sofrem na própria pele essa opressão, temos as mulheres assistidas pelas comissões da OAB-RJ. Frequentemente, temos lidado com a situação de familiares de crianças e de adolescentes vítimas da violência estatal. Na maioria das vezes, as mães de crianças pobres e negras, executadas pela Polícia Militar, nos procuram para prestarmos assistência judiciária, como foi com a menina Agatha Felix (8 anos), brutalmente executada por um tiro de fuzil em uma abordagem da Polícia Militar no Rio de Janeiro. Nessas situações, o papel da Comissão de Direitos tem sido atuar juridicamente no caso, mas também enviar esforços para inclusão dessas mães em programas de apoio e de assistência psicológica, que resultou em uma parceria firmada pela CDHAJ com o Núcleo de Apoio às Vítimas de Violência do Estado — NAPAVE.

O caminho é árduo e, apesar de todos os obstáculos enfrentados por essas mulheres, que ora reivindicam por seus próprios corpos expostos a todos os tipos de violência, ora por seus filhos atingidos pela violência, em especial as meninas que são alvo de violações sexuais, morais e psicológicas, elas (e nós) seguimos. Nosso papel é não nos calar diante de qualquer uma dessas violações e esgotar todas as instâncias na busca por justiça para que essas crianças e mães tenham direito a uma existência digna. O fundamental no trabalho da CDHAJ da OAB-RJ é a atuação coletiva em parceria com outros órgãos da sociedade civil e do sistema de Justiça.

Assim, caminhamos ao lado da Defensoria Pública, do Ministério Público, da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa e de tantas outras parcerias indispensáveis para a realização da justiça e do respeito aos direitos das mulheres, em qualquer espaço de atuação, para enfrentarmos todas as formas de opressão sobre nossos corpos.

Nadine Borges  
Vice-presidente da Comissão de Direitos  
Humanos e Assistência Judiciária da OAB-RJ  
Setembro de 2020



## **VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES EM MEIO À PANDEMIA DE COVID-19: AS PROPOSTAS DE MUDANÇAS DO LEGISLATIVO NÃO SUPREM A AUSÊNCIA DA POLÍTICA PÚBLICA**

Para nós, do Centro Feminista de Estudos e Assessoria, que integramos o consórcio de organizações e juristas responsável pela elaboração do anteprojeto da Lei Maria da Penha, o debate realizado pelo canal da FGV foi mais uma oportunidade de refletir sobre os novos desafios, 14 anos depois da aprovação da referida lei.

A situação se agrava com a pandemia, mas não é resultado dela. A luta pelo fim da violência contra as mulheres ganhou força no Brasil desde o fim da ditadura militar, no início dos anos 1980. A pressão de movimentos e organizações levou à criação de delegacias especializadas, serviços de proteção e atendimento, além de incentivar a criação de uma das leis mais avançadas do mundo: a Lei Maria da Penha. Para o movimento de mulheres, a violência é um pilar do patriarcado, de toda a estrutura que mantém a dominação das mulheres. Seu fim não acontecerá, portanto, a partir de ações individuais e localizadas, mas com a conquista da igualdade de gênero. E, assim como nos outros países da América Latina, a violência de gênero está profundamente relacionada ao racismo, e o etnocentrismo às desigualdades de classe.

O Governo Federal não trata o tema com a prioridade que ele demanda. O aumento dos casos durante a pandemia só escancarou a gravidade do desmonte da política de atendimento à violência doméstica. Os cortes drásticos no orçamento e a consequente precarização da rede de serviços, que já era insuficiente, o baixo investimento em capacitações e em campanhas públicas que enfatizem o direito das mulheres a viver uma vida sem violência, que enfrentem o machismo e o sentimento de impunidade, nos dão a dimensão da gravidade do problema.

No Congresso Nacional, alguns projetos tentam enfrentar esse problema. Cientes da gravidade da situação e de todo o impacto gerado com os cortes de orçamento, um grupo de deputadas, frente à pandemia, tomou a iniciativa, isoladamente, de propor projetos de leis para enfrentar o problema em caráter de emergência. No entanto, nós do CFEMEA, alertamos que, sem a devida articulação política e cobrança sobre os recursos para a aplicação das políticas,

as medidas serão apenas simbólicas e não evitarão o aumento do número de casos de violência, nem os de feminicídio.

Os limites impostos pelo isolamento social e a nova rotina de trabalho remoto do Congresso Nacional também dificultaram o diálogo entre as deputadas. Isso sem contar o comprometimento da participação social, incluindo a incidência dos movimentos de mulheres, feministas e de direitos humanos de discutirem as propostas apresentadas.

Diante da ausência dos poderes públicos, os movimentos estão reinventando sua ação, promovendo espaços de autocuidado e cuidado coletivo. Campanhas informativas sobre serviços e de solidariedade pipocaram em todo o país. Sem política, continuamos resistindo para a violência não se alastrar.

O enfrentamento à pandemia de covid-19 nos impõe desafios e reflexões, e explicitam a necessidade imperiosa de que novos arranjos societários sejam construídos a fim de horizontalizar o poder e reduzir as incontáveis desigualdades de nossas sociedades. Além, é evidente, do necessário e imprescindível fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), da Seguridade Social e a urgência de políticas econômicas distributivas.

Priscilla Brito  
Assessora parlamentar do CFEMEA  
Centro Feminista de Estudos e Assessoria  
Setembro de 2020

## NOTÍCIAS DE UMA EPIDEMIA

As estatísticas nos mostram que uma em cada quatro mulheres vai sofrer, em algum momento da vida, violência. E à proporção que os países decretaram medidas de isolamento e/ou confinamento em virtude da pandemia, a situação tem se agravado. Na Austrália, registrou-se um aumento de 75% nas pesquisas feitas na internet sobre violência doméstica, sendo que os serviços de proteção à mulher tiveram um aumento de 40% de pedidos de ajuda.<sup>1</sup> Na África do Sul, os atendimentos por telefone a vítimas desde o início do isolamento aumentaram em 100%.<sup>2</sup> Nos EUA, com o crescimento da violência doméstica (22%<sup>3</sup>) foram registrados, também, aumento da violência física e da gravidade das lesões por ela deixadas: um estudo feito pela Sociedade Radiológica da América do Norte registrou que lesões em órgãos internos, ferimentos profundos, estrangulamento, uso de armas, facadas e queimaduras dobraram.<sup>4</sup>

No Brasil, a situação não é muito diferente. Se é verdade que os registros que exigem a presença física das mulheres caíram, as denúncias por outros meios aumentaram. Dados do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos apontam um crescimento de 40% de denúncias pelo 180 em abril de 2020 em relação ao mesmo mês de 2019. Casos de feminicídio cresceram 22,2% desde o início da quarentena, de acordo com os dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Mas por que isso ocorre?

---

1 Extraído do site: <https://tvi24.iol.pt/internacional/covid-19/violencia-domestica-pesquisas-por-ajuda-no-google-subiram-75-na-australia-por-causa-do-isolamento>. Acesso em: 31 ago. 2020.

2 Extraído do site: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/afp/2020/04/29/coronavirus-violencia-machista-e-a-outra-epidemia-na-afrika-do-sul.htm>. Acesso em: 31 ago. 2020.

3 Extraído do site: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/2020/05/22/violencia-contramulheres-aumenta-nos-eua-em-periodo-de-isolamento-social>. Acesso em: 31 ago. 2020.

4 Extraído do site: <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/Comportamento/noticia/2020/08/estudo-mapeia-tipos-de-lesoes-por-violencia-domestica-nos-eua-na-pandemia.html>. Acesso em: 1 set. 2020.

Embora necessárias, as medidas de contenção da circulação de pessoas aumentam o isolamento das mulheres em situação de violência doméstica, que são obrigadas a ficar em casa com parceiros violentos, muitas vezes com a renda diminuída, dificultando ainda mais a busca por ajuda e por recursos que as auxiliem a escapar dessa realidade.

A FGV, por meio da Clínica de Direitos Fundamentais, preocupada com a escalada da violência contra a mulher em tempos de isolamento social, promoveu um webinar<sup>5</sup> com Nadine Borges, da Comissão de Direitos Humanos e Assistência Judiciária da OAB-RJ e com Priscilla Brito, do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CEFEMEA), com orientações voltadas tanto para as mulheres vítimas de violência doméstica quanto para as pessoas próximas que possam, de algum modo, auxiliá-las.

O webinar suscitou a vontade de elaborar este trabalho, que aborda os tipos de violência contra as mulheres, com dicas para identificar os sinais que podem ajudar a preveni-la; quais os meios de denúncia, especialmente em tempos de afastamento social; o que fazer para se proteger, entre outras orientações para conscientizar e auxiliar no enfrentamento dessa difícil realidade.

Sabemos que a violência contra a mulher é um fenômeno complexo, transdisciplinar e que ocasiona danos físicos e/ou psicológicos às suas vítimas. Seus efeitos podem perdurar uma vida inteira e até mesmo atravessar gerações. Por isso, toda iniciativa destinada a combatê-la é tão importante. Que esse documento, produzido e pensado por mulheres, possa atingir muitas pessoas e contribuir para o cuidado das mulheres em situação de violência doméstica.

Juliana Livia Antunes da Rocha  
Advogada  
Supervisora da Clínica LADIF  
Setembro de 2020

---

5 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SmpUvCGIJLE&feature=youtu.be>. Acesso em: 1 set. 2020.

## O QUE FAZER EM CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM TEMPOS DE COVID-19?

JULIANA LÍVIA ANTUNES DA ROCHA,<sup>1</sup> NADINE BORGES<sup>2</sup> E PRISCILLA BRITO<sup>3</sup>

Diante da ameaça representada pela covid-19, os países decretaram medidas de isolamento e/ou confinamento. Essas medidas afetam a vida de todos, mas são necessárias para enfrentar a pandemia e possibilitam que o sistema de saúde tenha capacidade de cuidar de todos aqueles de que dele precisem.

Contudo, à medida que as pessoas se encontram isoladas, verificou-se, também, um crescimento na procura dos serviços de proteção à mulher, em virtude do aumento da violência doméstica. Na Itália, que ganhou destaque no noticiário como o primeiro país a ver o crescimento exponencial da pandemia, apenas nas duas primeiras semanas de abril de 2020, registrou-se um aumento de 161,71% nas denúncias telefônicas.<sup>4</sup> Na Argentina, o canal de denúncias ‘Linha 144’ teve um aumento de 39% na segunda quinzena de março de 2020.<sup>5</sup>

Mesmo antes da covid-19, a violência doméstica já era uma das maiores preocupações em violações dos direitos humanos, tendo sido chamada pela ONU de “pandemia invisível”.<sup>6</sup> Segundo o órgão, nos 12 meses anteriores às medidas de isolamento social, 243 milhões de mulheres e meninas (15 a 49 anos) em todo o mundo foram submetidas à violência sexual ou física por um parceiro íntimo.

---

1 Advogada e supervisora da Clínica de Direitos Humanos da FGV Direito Rio. E-mail: juliana.antunes@fgv.br.

2 Vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB-RJ. E-mail: nadineborges@gmail.com.

3 Assessora parlamentar do Centro Feminista de Estudos e Assessoria — CFEMEA. E-mail: priscilla.carolb@gmail.com.

4 Dados extraídos do site: [http://ansabrazil.com.br/brasil/noticias/italia/noticias/2020/04/20/denuncias-de-violencia-domestica-explodem-na-italia\\_c29222a9-0789-42e2-bf23-f69807fe2eaf.html](http://ansabrazil.com.br/brasil/noticias/italia/noticias/2020/04/20/denuncias-de-violencia-domestica-explodem-na-italia_c29222a9-0789-42e2-bf23-f69807fe2eaf.html). Acesso em: 4 set. 2020.

5 Dados extraídos do site: <https://oglobo.globo.com/celina/governo-argentino-cria-senha-para-vitima-de-violencia-domestica-pedir-ajuda-nas-farmacias-do-pais-durante-quarentena-24355597#:~:text=Ainda%20de%20acordo%20com%20o,trimestre%20do%20ano%20no%20pa%C3%ADs>. Acesso em: 4 set. 2020.

6 Dados extraídos do site: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/violencia-contra-as-mulheres-e-meninas-e-pandemia-invisivel-afirma-diretora-executiva-da-onu-mulheres/>. Acesso em: 25 abr. 2020.

O confinamento e o isolamento social contribuem com o aumento da violência doméstica porque o que acaba ocorrendo é que você separa a mulher do convívio social e ela fica em uma situação de confinamento com o seu agressor, dificultando, quando não impossibilitando, a busca dos serviços necessários para esse momento.

O objetivo desse guia é, exatamente, entender melhor como isso ocorre, trazer pontos relevantes para compreender o problema e também orientar as vítimas sobre o que fazer, como prevenir, como agir, que serviço buscar, como procurar, caso ela sofra violência doméstica. Os temas são divididos em forma de pergunta, para que cada uma possa pesquisar o assunto de que precisa, facilitando a procura e permitindo encontrar mais rapidamente a resposta necessária naquele momento.

## **1) O isolamento social pode contribuir para o aumento da violência doméstica?**

A Organização Mundial de Saúde — OMS — já havia alertado sobre o aumento do número de casos de violência doméstica durante o período de isolamento social. Desde março de 2020, a Organização Mundial de Saúde recomenda que as pessoas fiquem em casa para evitar a propagação do vírus. No entanto, para muitas mulheres e meninas, suas casas não são espaços seguros. O isolamento social só agrava a situação de violência a que muitas estão submetidas.

Os dados do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do Brasil apontam que o número de ligações no *Ligue 180* aumentou. Em São Paulo, foi um aumento de 45% só no mês de março. No Rio Grande do Norte, foi de 34,1% em caso de lesão corporal dolosa, com a intenção de machucar, de ferir; e 54,3% em casos de ameaça. No Rio de Janeiro, o sistema de Justiça aponta que aumentaram em 50% os índices de violência contra a mulher segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.<sup>7</sup>

Contudo, esses números não refletem a realidade. Da mesma maneira que os casos de covid-19 são subnotificados, os casos de violência e agressão sobre a mulher também são. E, ainda assim, os dados são assustadores.

Na ausência de dados oficiais sistematizados, algumas iniciativas tentam melhorar a qualidade das informações sobre o tema. Um grupo formado pela Agência Eco Nordeste, Amazônia Real (Manaus), #Colabora (Rio de Janeiro), Portal Catarinas (Santa Catarina) e Ponte Jornalismo (São Paulo) se uniu para apurar estatísticas e histórias de mulheres que sofreram alguma forma de violência doméstica durante o período da quarentena. O objetivo é contribuir com

---

7 Dados extraídos do site: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/05/violencia-domestica-covid-19-v3.pdf>. Acesso em: 3 set. 2020.

o monitoramento dos casos de violência doméstica no Brasil, no contexto da covid-19.<sup>8</sup>

## **2) Quais os sinais que podem ajudar a vítima a prevenir abuso/violência? Quais os sinais que podem ajudar pessoas e familiares a ficarem atentos para evitar abuso/violência?**

Em um momento que deveria ser de mais solidariedade entre as pessoas, uma situação de calamidade que suscitou discursos em prol da necessidade de acolhimento e afeto, muitas mulheres se viram como vítimas da violência doméstica. Entretanto, alguns sinais podem ajudar as mulheres a reconhecerem situações de violência e evitar que a situação se agrave.

É importante prestar atenção aos ciúmes e todo tipo de comportamento agressivo, controlador, à frequência de agressões verbais, às tentativas de manipulação psicológica, entre outras. E não importa a duração da relação. Mulheres estão sujeitas a sofrer violência em relações recentes ou de longa duração, pois se trata de uma questão estrutural.

O Brasil é um país patriarcal e é comum que as expressões de ciúmes, por exemplo, sejam violentas e toleradas como normais. Como é base do patriarcado, a violência também se relaciona diretamente com os outros sistemas de opressão — capitalismo e racismo — e outras formas de violência, como LGBT-fobia e o capacitismo.<sup>9</sup> Assim, atinge as mulheres de diversas maneiras e contribui para a manutenção das desigualdades sociais. A violência não acontece do mesmo jeito em todos os lugares e é por isso que seu enfrentamento não pode ser pensado a partir de um único parâmetro.

Os homens costumam alegar ciúmes em situações de feminicídios e, até hoje, temos a ideia de “crime passionai” como justificativa nos casos. Também é muito comum que os parceiros (ou até parceiras) apresentem um comportamento controlador sobre o corpo e os comportamentos da mulher de modo geral, como quando questionam sobre a roupa que ela usa, com quem vai sair, como ela deve se comportar, onde ela pode ou não trabalhar, enfim.

No Brasil, temos uma situação que também tende a agravar a situação de violência, que é a má distribuição do trabalho doméstico e de cuidado. E, em muitas famílias, o período de isolamento social faz com que as questões domésticas ganhem um peso maior do que o que tinham antes. As mulheres estão sofrendo com sobrecarga do trabalho doméstico, com cuidado com as crianças, cuidados com os idosos, louça, limpeza e tudo mais.

8 Dados extraídos do site: <https://ponte.org/mulheres-enfrentam-em-casa-a-violencia-domestica-e-a-pandemia-da-covid-19/>. Acesso em: 5 set. 2020.

9 Dados extraídos do site: <https://www.cfemea.org.br/index.php/baderna-feminista/4775-violencia-domestica-e-os-precipicios-do-machismo>. Acesso em: 4 set. 2020.

Inicialmente, pode ser difícil perceber esses sinais, e é muito comum que as mulheres que já estão naquela situação de violência há algum tempo comecem a aumentar o nível de tolerância em relação a essa agressividade. Frases como: “Ah, é o jeito dele”, “É a forma como ele se expressa” ou “Ele é agressivo assim mesmo” costumam ser usadas como justificativa, pois muitas entendem como violência só a agressão física. No entanto, é importante ressaltar que violência doméstica, como entendida na Lei Maria da Penha, não é só a violência física. Ela envolve outros tipos de violência, como a violência psicológica e patrimonial, por exemplo.

Quem está em torno do casal também deve ter atenção a esses sinais pode (e deve) tentar oferecer ajuda para a mulher. Conhecer os direitos existentes é fundamental nesse caso.

### **3) Quais são os tipos de violência doméstica que podem ocorrer? Quais são as formas de violência que a mulher pode sofrer?**

É frequente entender que a violência contra a mulher seria apenas a violência sexual e/ou física, mas a própria Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), no art. 5º, fala, também, da violência psicológica, moral e patrimonial.

A violência psicológica é de uma perversidade tamanha; ela, aparentemente, não deixa marcas. Às vezes, você vai falar isso para outra pessoa e você não tem como mostrar, não tem uma materialidade, como você vai provar para uma pessoa, para uma amiga, uma vizinha, para a mãe, para a irmã, para os filhos, seja lá para quem for que você está sendo agredida se a pessoa diz “Onde? Ele te machucou?”. A dor é algo incomunicável por si só, a gente não consegue comunicar a dor, o sofrimento; é muito difícil de comunicar. Então, a violência psicológica causa danos emocionais tremendos, diminui a nossa autoestima, a gente se sente controlada muitas vezes pelas nossas ações, nossos comportamentos, as coisas que a gente faz, coisas que a gente acredita, às vezes questões religiosas, gostos, as músicas que você gosta de ouvir, os filmes que você gosta de assistir, a novela que você gosta de ver. Tudo isso vai minando e isso é uma violência psicológica, que gera constrangimento, humilhação e, numa situação de isolamento, muitas vezes chantagem. Você se sente vigiada, pega o telefone para falar com alguém, para ligar para sua família, para conversar com uma amiga, a pessoa se aproxima, quer ouvir o que você está falando; isso é uma violência psicológica muito forte.

A violência moral, que é desmerecer, são os crimes contra a honra que a gente tem na sociedade que vivemos. A calúnia, a injúria, a difamação são formas também de violência quando você desonra a pessoa, quando você imputa ou fica difamando; enfim, esse tipo de violência moral.

A violência patrimonial, muitas vezes, ocorre, por exemplo, quando o homem se apropria do dinheiro da mulher e diz “Deixa que eu cuido das contas” mesmo quando a mulher recebe mais ou é a única fonte de renda da casa. Pode acontecer, também, quando o homem tem algum tipo de ingerência de mexer nas suas coisas, destruir algum objeto de trabalho, bens ou documentos pessoais.

Essas violências atingem todas as classes sociais; a legislação prevê esses diversos tipos de violência porque são muito comuns, e todas as mulheres, sem exceção, todas nós sofremos esse tipo de violência e, às vezes, a gente acha que não porque não queremos ver, mas, em algum momento da vida ou de relacionamento, todas nós sofremos isso.

#### **4) É possível denunciar mesmo sem ter presenciado o evento; só ouvindo uma briga violenta ou algo do tipo?**

O 180 tem essa possibilidade e a Lei Maria da Penha já prevê; lógico que tem uma série de nuances que tornam a situação muito complexa. No entanto, a gente consegue já ver um avanço da mudança de comportamento das pessoas, mas ainda não é um problema simples; estamos falando de relacionamentos, de famílias, é a vida das pessoas, isso mexe com autonomia econômica das mulheres por exemplo. Afinal de contas, muitas mulheres levam em consideração de como criarão os filhos sozinha, como é que vai acontecer, imagina como os filhos irão se sentir ao verem o pai preso.

Às vezes, a pessoa denuncia e a polícia demora para chegar e, quando chega, já não é flagrante. Então, o máximo que vai acontecer é ter uma conversa com o casal e ver se a mulher topa denunciar. A gente tem agora, no Congresso Nacional, uma série de projetos de lei tentando melhorar esse sistema de atendimento, nesse momento da pandemia, e um deles é sobre isso: os condomínios e a vizinhança terem melhores condições de denunciar se percebem uma situação de violência, mas ele ainda está em tramitação. De qualquer forma, a Lei Maria da Penha já permite a denúncia por pessoas conhecidas. Se você perceber a situação de violência, na vizinhança, por exemplo, tente não intervir sozinho, procure apoio dos outros vizinhos, procure uma forma de fazer isso mais coletivamente, até mesmo para se proteger de uma eventual situação de violência.

#### **5) Como funciona o ciclo da violência contra a mulher?**

O processo mais comum do ciclo da violência começa com uma violência mais verbal e vai se agravando. Até chegar a uma violência física severa, como foi o caso da Maria da Penha: um caso emblemático que deu origem a toda mobilização para a criação da Lei Maria da Penha. A Maria da Penha chegou a ficar na

cadeira de rodas, ela levou um tiro. É história de violência extrema. Nos piores casos, chega ao feminicídio.

O relacionamento passa por esse ciclo. Existe um momento de tensão, de violência verbal, que eventualmente culmina numa agressão física. Aí, o casal faz as pazes, a pessoa se desculpa dizendo que “Foi só um momento. Aconteceu e não vai acontecer de novo.” A mulher pode pensar: “Ele ficou nervoso demais porque eu causei isso. Agora, está tudo certo. Não vai acontecer mais.” Até que começa e volta de novo esse ciclo, essa tensão, da agressão, da reconciliação, e esse comportamento vai ficando cada vez mais grave, mais perigoso.

Por isso, é muito comum que as mulheres hesitem em fazer a primeira denúncia e, mesmo depois que fazem a primeira, elas voltam para a relação porque a primeira denúncia não implica, necessariamente, o afastamento do agressor, do companheiro. Então, ela volta para a relação, a ter contato; o homem fala que vai mudar, que nunca mais vai fazer aquilo, que foi momento atípico, foi uma reação extremada a alguma coisa, ela acaba aceitando e aí entra o processo de tentar retirar a denúncia, de tentar acabar com o processo, de não levar aquilo adiante. Pode ser que acabe por aí de fato, mas o que a gente vê, geralmente logo depois de um tempo, a violência se repete e aí, em alguns casais, ela vai indo sempre nesse ciclo: a mulher tenta denunciar, denuncia o companheiro, pede ajuda, o companheiro se arrepende, ela perdoa e isso pode perdurar por um tempo.

O fato de existir um ciclo mais comum demonstra como a violência contra as mulheres não é um assunto privado ou um problema individual. É um reflexo da forma como a nossa sociedade patriarcal se organiza. E, portanto, todas as mulheres estão sujeitas a ela, independentemente da classe social.

## **6) É possível denunciar sem ser a vítima, mas convivendo no ambiente?**

É possível ligar para o *Disque 180* de maneira anônima e fazer o relato. Você não precisa se identificar. Ou você pode se identificar e dizer, inclusive, que está na mesma casa. Isso ajuda todo o sistema de proteção da mulher. Às vezes, você, os filhos, as mães, pessoas que moram na mesma casa... Dada a precariedade do direito à moradia no Brasil, é comum que muitas pessoas dividam as casas com muitas outras pessoas, não são só duas ou três pessoas que moram na mesma casa; então, quando você presencia isso, principalmente para nós mulheres, é uma obrigação ajudarmos umas às outras e fazer esse tipo de denúncia, não ter medo de fazer isso.

### **7) Nos casos de violência doméstica, quem eu procuro? Quem eu posso buscar? O que pode ser feito? Quem pode me acolher nessa situação?**

Existem duas vias principais. Uma via que vamos chamar de institucional e outra que chamaremos de via não institucional, digamos assim. Nos casos de violência previstos na Lei Maria da Penha, quando é possível minimamente uma comprovação de que a mulher quer um afastamento físico, é procurar a delegacia, é ligar para o 180, é procurar movimentar um processo... São canais institucionais mais comuns e, no caso de uma violência patrimonial, dentro de um processo judicial, é possível rever a situação. No Rio, existem algumas casas de Mulher Brasileira, foi um projeto criado há alguns anos, que tentam dar um atendimento interdisciplinar. Você pode ir à casa da Mulher Brasileira e lá terá apoio, sugestões de cursos gratuitos para conseguir uma independência econômica, formação, alguns canais. A rede de assistência do estado dá algumas possibilidades nesse sentido, assim, para as mulheres que precisam de algum tipo de ajuda. Algumas ONGs também têm projetos de promoção de autonomia, vale dar uma pesquisada na cidade que você está para ver o que é mais acessível. Mas também tem a outra via, a da solidariedade. Por exemplo: no caso de uma pessoa que presencia a violência, que está próxima de alguém que está passando por uma situação de violência, buscar apoio, buscar formas de conversar com a pessoa sobre o que ela está vivendo, mostrar alternativas, procurar outros modos de apoio. São formas mais sutis e menos institucionais, mas que também podem ser fundamentais, dependendo da situação. Às vezes, a mulher não quer apresentar uma queixa, mas ela topa uma ajuda para fazer um curso, conversar com as amigas e pedir ajuda nem que seja um dinheiro emprestado para sair daquela situação em caso de emergência. Então, às vezes criar um conjunto, um contexto de solidariedade em torno dela, pode ser mais interessante, dependendo da situação.

Em alguns estados e municípios, os serviços de atendimento foram adaptados ao funcionamento remoto. Para assegurar condições para assistentes e outras profissionais foram implementados serviços telefônicos, virtuais e de mensagens. Pelas leis excepcionais aprovadas, seria preciso garantir o sigilo das informações das mulheres nesses atendimentos.

### **8) O que eu posso fazer se perceber que estou em um relacionamento abusivo, que estou na iminência de sofrer algum tipo de violência? Qual a providência que eu posso tomar?**

O ideal, e talvez seja a principal ferramenta que nós temos em um momento como esse, é contar para as outras pessoas de alguma forma, especialmente nesse momento de confinamento, que você não pode falar porque tem medo

que o seu agressor escute. Pega seu celular, escreve uma mensagem para uma amiga, um SMS, no momento que você vai fazer alguma compra, que você vai sair de casa, conta o que está acontecendo e divide essa dor, divide essa preocupação porque, se você está se dando conta, e a gente se dá conta, a gente começa a perceber alguns sinais. Geralmente, as mulheres percebem e, muitas vezes, elas não conseguem reagir a isso. Mas aquelas que conseguem, antes de algo mais grave, antes de alguma violência sexual, de uma violência física, vale muito a pena contar. Sempre vai ter uma amiga, uma vizinha, algum familiar próximo, nem que seja a pessoa do lugar que você faz compras, alguém vai poder lhe ouvir e esse alguém é um importante canal de denúncia. Se você está sentindo que a coisa está pior e que está com medo de dormir, medo de ter que trancar a porta para dormir, de coisas desse tipo, de tomar banho e ter que fechar a porta do banheiro com medo de ser agredida, o que a gente recomenda é que, além de falar e denunciar, que você guarde, num local de fácil acesso em caso de fuga, algum dinheiro, documentos, chave do carro (se tiver). Por pior que seja pensar isso, a gente tem que orientar as mulheres para isso, para que elas criem condições materiais, físicas, de se desvencilhar mais fácil de uma situação de violência física, de uma violência sexual. Então, imagina assim: uma cópia da chave que você possa rapidamente ir até a porta e sair de casa correndo, que você saiba que transporte possa usar para casa de alguém, de uma amiga, de uma vizinha, que você anote em algum lugar o telefone da delegacia, o 180 é o número mais fácil de lembrar, o endereço de alguma organização. Se você está sentindo que isso está virando algo que, de uma hora para outra, [pode] acontecer, vale a pena tomar todos esses cuidados. Se você tem carro, deixe o carro de uma forma que você pode sair rápido, a chave na mão. Se você tem que pegar o transporte, pega o cartão do ônibus, deixa isso de uma maneira que você possa sair rápido desse lugar, que você possa escapar com vida e garantir sua integridade, porque, muitas vezes, é no momento de desatenção de um homem que se consegue criar uma situação de poder sair rapidamente. Infelizmente, estamos passando por uma pandemia, isoladas, e é preciso, às vezes, ser muito rápida, ser muito ágil para conseguir escapar de uma agressão física. Então, saibamos fazer isso; a gente faz tantas coisas tão bem-feitas, vamos tentar, no momento, pensar nessas estratégias. Se a gente ouvir uma mulher, uma amiga, alguém falando sobre isso, que a gente possa dar esse tipo de conselho, isso é importante. Outra coisa importante é deixar nesse lugar também os remédios, seja o anticoncepcional, remédio para pressão ou qualquer outro remédio diário que a gente precisa tomar, coisas do dia a dia. Se você acha que tem que sair, que você tem que se prevenir para escapar disso, mantenha esse *kit* pronto para a situação de emergência, para você poder sair daquele lugar e ficar uns dias pelo menos fora e não ter que se sujeitar a voltar.

Muita gente tem compartilhado histórias de mulheres que deixam bilhetes no caixa do banco, com vizinhos, conseguem conversar com o porteiro e dizer o que está acontecendo; enfim, pedir ajuda de alguma maneira, caso essa situação se estenda. Talvez ensinar as crianças a pedirem ajuda e a procurarem ajuda se alguma coisa acontecer. Se for fugir, levar a criança junto. Não deixá-la no lugar da violência.

Muitas vezes, você não consegue ir à delegacia que é muito longe, mas tem uma igreja do lado da sua casa que você pode ir. Tem uma loja aberta e você pode ir para essa loja. Você pode, num primeiro momento, correr para um lugar mais próximo, com esse *kit* pronto, se possível, para tentar se resguardar e buscar ajuda mesmo, uma primeira ajuda. Depois, você pode ser encaminhada para algum tipo de acolhimento, ONG; existem essas outras opções.

### **9) Quais são as medidas disponíveis para a mulher que é vítima de violência e que consegue denunciar essa violência? Quais são as medidas que podem ser tomadas para ajudá-la em relação ao agressor?**

A Lei 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, é fruto dos esforços das organizações feministas CFEMEA, CLADEM, CEPIA, Themis, Agende e Advocacy. Havia uma lacuna legal na proteção às mulheres, apesar das mobilizações dos movimentos de mulheres, desde o final da ditadura, para pautar o problema para toda a sociedade e garantir o atendimento às vítimas. Antes da aprovação da lei, as violências nas relações afetivas eram classificadas somente como lesão corporal leve, ameaça e injúria, e as agressões contra pais, filhos, irmão ou cônjuge eram uma circunstância agravante da pena (art. 61 do CP). Os serviços eram restritos às Delegacias de Atendimento à Mulher (DEAM), casas-abrigos e alguns Centros de Referência de Atendimento às Mulheres.

Tanto pela sua elaboração como pela implementação, a Lei Maria da Penha se constituiu como um marco na construção e reconhecimento dos direitos das mulheres como direitos humanos, reconhecida pela ONU como uma das leis mais avançadas no enfrentamento da violência contra as mulheres no mundo. Seu diferencial foi reforçar os serviços existentes e criar novos, voltados para o atendimento especializado que deve funcionar em rede. Ela também estabeleceu um rol de medidas protetivas (a favor da mulher em situação de violência e contra o agressor) e que devem ser decididas pelo juiz no prazo de 48 horas.

Uma das medidas protetivas previstas é a suspensão ou restrição do porte de armas do agressor; o afastamento do agressor do lar; a proibição dessa pessoa se aproximar da outra, de frequentar certos lugares como o trabalho da vítima; suspensão das visitas para não poder ficar perto dos filhos; algum tipo de pensão alimentar para a pessoa poder sobreviver, enquanto o agressor está

afastado, em caso de dependência econômica. Outra medida importante é a obrigação de os filhos estarem matriculados na escola. Muitas vezes, quando acontece a situação de violência, as crianças ficam sem ir à aula, porque elas são proibidas de ir, já que poderiam falar o que está acontecendo e o agressor pode sofrer algum tipo de represália.

A questão é que isso tudo é pensado em um mundo não pandêmico, em um mundo em que as mulheres não estão confinadas dentro de casa. Num momento como esse que a gente está atravessando, de isolamento social, estamos sendo testadas, e não é o teste do covid-19; é o teste da humanidade. A gente está sendo testada assim por algo inimaginável. Nenhuma de nós, nenhuma mulher no mundo faz ideia do que é isso que está acontecendo; nenhuma de nós experimentou isso. Precisamos ser muito criativas, muito sábias, ajudar umas às outras; não temos dimensão dos choques emocionais e econômicos que isso vai gerar. E, aí, em nome da saúde pública, em nome da preservação da saúde da nossa família, nossa integridade, nossa saúde, a gente precisa ficar em casa. Quem pode deve ficar, deve se proteger para não se contaminar. Mas isso não pode se sobrepor à nossa vida, à nossa integridade física. Então, assim, pedir para as mulheres, orientar nesse sentido: não se submetam à violência física, à violência sexual, porque o confinamento é obrigatório. Não existe confinamento obrigatório se a sua vida está em risco, se a vida do seu filho está em risco; então, proteja-se, vá para a casa de alguém, bata à porta de algum vizinho, saia, dê um jeito, mas não pense: “Ah eu não posso fazer nada agora, vou esperar a pandemia passar, vou esperar o isolamento terminar, para então eu agir.” Esse “então” pode ser tarde demais. A nossa vida vale muito mais do que esse confinamento pela saúde pública a que nós hoje temos que nos submeter. Então, eu queria deixar esse recado porque eu imagino que muitas mulheres passem por isso, né? Se eu não posso sair à rua, se eu não posso sair de casa, como eu posso ir à delegacia? Não deixe isso acontecer.

Acho que as mulheres têm que ter confiança de que a violência não é um problema individual; ela é um problema que atinge todas nós em menor ou maior grau. Todas nós já tivemos situações de violência nas nossas vidas de pedir ajuda. Não ter vergonha em pedir ajuda. Não ter medo de pedir ajuda. Infelizmente, a gente está num momento que a política pública de enfrentamento à violência está muito defasada. Tivemos uma série de cortes orçamentários, pois o combate à violência contra a mulher não parece ser uma das prioridades. Já funcionava de forma muito precária, mas, agora com crise, é muito provável que alguns serviços sejam cortados, equipes diminuídas; enfim, uma série de redirecionamentos do Estado em relação às vítimas de violência. Pedir ajuda, pedir apoio emocional para quem estiver disposta a ajudar, qualquer pessoa próxima, uma amiga, um familiar, conhecidos do trabalho, qualquer pessoa que

acolha de alguma maneira e fale: “pode vir aqui para casa. Fique aqui um tempo comigo”, procurar buscar algum amparo, um apoio emocional, é bem importante. A gente fala muito da política, lógico, a gente luta muitos anos para que a política seja eficiente, que ela seja acolhedora e que ela consiga romper com o ciclo de violência, mas ainda falta muito para gente romper com o problema social da forma em que ele está instalado. A gente tem pouquíssimo tempo da Lei Maria da Penha, menos tempo ainda da política implementada, não tem delegacia especializada no atendimento às mulheres em todas as cidades; então, é muito comum que a mulher chegue à delegacia e não consiga prestar a queixa. É bem comum que o primeiro canal de acesso seja pela saúde, e a saúde, nesse momento, já está sobrecarregada por causa da pandemia; então, as mulheres evitam ir ao hospital, evitam pedir ajuda.

Não tenha vergonha. É um problema comum, atinge todas nós e a gente precisa denunciar, tanto quando acontece com a gente, mas também quando a gente percebe que uma pessoa próxima está passando por isso.

### **10) Existem projetos de lei para tentar melhorar o acolhimento à mulher vítima de violência doméstica? O que esses projetos propõem?**

No Centro Feminista de Estudos e Assessoria, a gente faz um acompanhamento de vários projetos de lei relacionados às mulheres. A gente faz um acompanhamento do Congresso como um todo, nas pautas de interesses de movimento das mulheres das outras organizações. A Lei Maria da Penha e os projetos em geral relacionados à violência são um foco importante até porque a gente está vivendo um momento de *boom* de projetos, a curva é muito atípica, inclusive, nesse sentido, a gente vinha com uma média de 16 projetos de modificação da Lei Maria da Penha apresentados por ano e, no ano passado, a gente teve um boom com mais de 100 novos projetos apresentados. A maioria tenta aumentar a punição de agressores ou aumentar o poder das polícias. Alguns tentam recompor a Rede de Atendimento, mesmo essa rede sendo responsabilidade do Executivo. Um levantamento feito pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), em abril deste ano, revelou que o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos gastou somente 0,13% dos R\$ 400 milhões disponíveis no orçamento inicial.

Só que a Lei Maria da Penha não é suficiente para esse período da pandemia. Então, várias deputadas se organizaram, nesse momento, para apresentar e tentar aprovar projetos que permitem coisas como atendimento remoto. Em alguns estados, isso já está sendo implementado, tanto no serviço de saúde, de assistência, como nas próprias delegacias, e que a mulher tenha condições de fazer a denúncia e o caso ser acompanhado num espaço de tempo via telefo-

ne, ou ligação, ou mensagem no WhatsApp, porque também tem o caso das mulheres que não conseguem falar ao telefone, pois está em casa e o agressor está convivendo com ela. Então, ter formas, mecanismos de envio de mensagem são algumas das propostas. Também há projetos no sentido de garantir que as delegacias funcionem e que sejam consideradas serviços essenciais. Vão numa linha de tentativa de fazer as delegacias funcionarem efetivamente; que as delegacias tornem-se especializadas, porque muitas também trabalham muito precariamente com equipe reduzida e com uma série de problemas no funcionamento.

Eu penso que, quando nós estamos preparadas, conseguimos implementar a Lei Maria da Penha, mas ainda falta muito para caminhar. Esse contexto que a gente está vivendo agora da pandemia, as dificuldades aparecem, já existiam, na verdade. Parece que elas foram amplificadas de acesso, no aumento da violência, tudo isso parece que contribui para uma maior dificuldade ainda de busca desses mecanismos. Vocês falaram do 180... Você pode ligar para o 190 também. Existem outros números que você pode ligar, tentar entrar em contato, mas, para isso, você tem que conseguir falar ao telefone. Muitas vezes, você não consegue porque o agressor está confinado com você e você está o tempo todo dentro de casa com ele; então, surge a ideia da mensagem ou um aplicativo, pois já existem aplicativos nesse sentido, que você pode só apertar o botão e ele faz a ligação automaticamente, consegue rastrear onde você está. Já trabalha com essa nova perspectiva de dificuldade de falar naquele momento. Eu acho que são tentativas que podem ajudar no acolhimento. Eu acho importante dizer para as mulheres que não se sintam sozinhas; estamos juntas e temos que enfrentar isso, e não tenham vergonha de pedir ajuda, não tenham vergonha de falar o que está acontecendo com um amigo, uma vizinha, com o caixa do banco; enfim, com quem você conseguir e deixar o registro e ter uma pessoa de acolhimento quando você precisar e sentir que a situação chegou a um ponto insustentável, que você precisa buscar. São muitos desafios que temos para lidar com essa questão da violência em tempos de covid-19.

Não tenha vergonha de denunciar, não julgue a mulher que denuncia, ofereça ajuda, ofereça acolhimento. Pode ter certeza de que tem quem apoie, tem quem busque soluções porque é muito ruim ver uma pessoa passando por uma situação de violência. A gente vai continuar atuando por mais direitos e legislações melhores. Nossa luta é cotidiana, é a luta das que vieram antes de nós e das que vão vir depois; a estrada é longa.

Este livro foi produzido pela FGV Direito Rio,  
composto com a família tipográfica Gotham  
e impresso em papel offset,  
no ano de 2021.

# CadernosFGVDIREITORIO

## SérieClínicas

Imbuído de seu compromisso com a responsabilidade social, o NPJ da FGV Direito Rio realizou o webinar “O que fazer em casos de violência doméstica em tempos de covid-19?” em 7 de maio de 2020, e, agora, compartilha com a sociedade o presente material. O livreto que ora se apresenta reflete o tema debatido na ocasião da realização do webinar, privilegiando, no texto, o caráter da oralidade. Dessa forma, traz indagações, informações e orientações como:

- 1) O isolamento social pode contribuir para o aumento da violência doméstica?
- 2) Quais os sinais que podem ajudar a vítima a prevenir abuso/violência? Quais os sinais que podem ajudar pessoas e familiares a ficarem atentos para evitar abuso/violência?
- 3) Quais são os tipos de violência doméstica que podem ocorrer? Quais são as formas de violência que a mulher pode sofrer?
- 4) É possível denunciar mesmo sem ter presenciado o evento; só ouvindo uma briga violenta ou algo do tipo?
- 5) Como funciona o ciclo da violência contra a mulher?
- 6) É possível denunciar sem ser a vítima, mas convivendo no ambiente?
- 7) Nos casos de violência doméstica, quem eu procuro? Quem eu posso buscar? O que pode ser feito? Quem pode me acolher nessa situação?
- 8) O que eu posso fazer se eu perceber que estou em um relacionamento abusivo, que eu estou na iminência de sofrer algum tipo de violência? Qual a providência que eu posso tomar?
- 9) Quais são as medidas disponíveis para a mulher que é vítima de violência e que consegue denunciar essa violência? Quais são as medidas que podem ser tomadas para ajudá-la em relação ao agressor?
- 10) Existem projetos de lei para tentar melhorar o acolhimento à mulher vítima de violência doméstica? O que esses projetos propõem?